

**BARRAR o
PL 4330 !
Não à terceirização!**

PUCViva

Nº 953 - 08/6/2015

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

EDITORIAL

CONTRA O DIA "D"

A violência das demissões a cada semestre é inaceitável!

Sim, 8 DE JULHO - o Dia D neste semestre. Está é a data limite para demissões. Mas é data limite, podendo ocorrer antes. Dia "D", desde 2006 - o dia em que a cada semestre os professores da PUCSP ficam no aguardo para saber se já foram ou não demitidos, se fazem ou não fazem mais parte da Universidade. É o dia do TELEGRAMA de demissão!

Este tem sido seu prêmio por ter trabalhado e realizado sua carreira à PUCSP por 10, 20... 40 anos ou mais, uma vida inteira dedicada a um melhor ensino, melhor pesquisa, etc, termina num TELEGRAMA!

Mas a tortura não começa aí no Dia "D"!

Antes disso somos aterrorizados por boatos, listas, por opressões casuísticas. E por fim, continuamos ou não continuamos? E após o dia "D", mais um semestre de martírio se reinicia para quem fica.

Esta tem sido a forma indigna, ilegítima, mas pseudo-legal, com que temos sido tratados desde 2006, num clima de crescente opressão e truculência. Nisso a FUNDASP faz uso da pseudo racionalidade absoluta dos ajustes neoliberais, que não passa, claro, de discurso financeiro para escamotear um projeto inconcessável para essa Universidade: transformá-la numa scholl-business, mais uma quitanda do ensino. Trata-se de tragédia para a PUCSP, com todo o seu passado e patrimônio, se essa corrente finalmente vencer! A APROPUC se posiciona resolutamente contra essas demissões e este modo de viver e trabalhar. Demissões injustificadas que se dão de cima pra baixo, à revelia dos colegiados dos departamentos e das demais instâncias acadêmicas, à revelia dos Estatutos da Universidade.

No ano passado a Fundação São Paulo (FUNDASP) afirmou que não demitiria no Dia "D" de dezembro. Mas qual não foi o choque, pasmo geral ao sermos surpreendidos em pleno dia 23 de dezembro (o Dia D), uma sexta-feira de terror para todos os professores, com os TELEGRAMAS do RH! Óras, que confiabilidade podemos ter na palavra da FUNDASP quando nos afirma que não vai demitir, mas demite?

Por isso a APROPUC conclama a todos os professores para que fiquem em vigília ativa junto aos seus colegas de departamento e de suas faculdades para verificar e atuar firmemente e explicitamente no posicionamento de seus colegiados contra as demissões involuntárias. Acerquem-se das esferas de gestão e decisão em suas unidades e da Universidade, comunicando à APROPUC qualquer anomalia no processo de planejamento acadêmico e de decisão quanto à carga horária para o próximo semestre e qualquer

acontecimento que possa levar à demissão.

A APROPUC está também mobilizando todos os professores demitidos contra a sua vontade e à revelia das instâncias acadêmicas para ficarem igualmente atentos às condições em que se deram suas demissões. Aconteceram de acordo com todos os procedimentos previstos nos Estatutos da Universidade e com a Legislação em vigor, a começar pela manifestação autônoma e expressa dos Colegiados dos Departamentos a respeito?

Nesta edição do **PUCVIVA** estamos publicando artigo circunstanciado, produzido pela nossa Assessoria Jurídica sobre as condições para demissão de professores pela PUCSP. Sim, dignidade das condições de trabalho do professor são inegociáveis!

Trabalhar sob opressão ininterrupta e crescente - isto não é digno para o trabalhador.

Não é digno para o professor.

Não é digno para os que dedicam a vida profissional acadêmica à PUCSP. Todos, independente do tempo de casa, somos afetados negativamente no nosso trabalho, na nossa dignidade por esse clima opressivo, de insegurança, descaço, desconsideração e desrespeito humano, como se a Instituição estivesse acima dos que nela trabalham - óras, nem mesmo cristão é esse princípio essencialmente desumano e profundamente injusto para os trabalhadores. Pergunta aliás, à guisa de curiosidade: será que todo o caminho trilhado pela PUCSP na época do Cardeal Arns foi ao arripio dos princípios cristãos mais originais?

Com a participação autônoma, livre e ampla de todos os professores, funcionários e alunos, a PUCSP MAIS UMA VEZ renascerá para prosseguir cumprindo sua função principal, que é a de servir de referência para a pesquisa, o ensino e do viver democrático, honesto, digno e justo.

Os princípios humanistas, democráticos e sociais da PUCSP, que marcam sua história e formam sua tradição irão reencontrar nas suas forças vivas a solução para superar mais esta esquina turbulenta na sua história - que não é a primeira e não será a última. Esquina que está sendo enfrentada mais uma vez, e o será todas as vezes que se fizer presente. A PUCSP não é uma ilha no contexto nacional e mundial - mas só desse modo poderemos mostrar à sociedade que somos parte dela e não uma ilha ou um ermo em desolação.

PUCSP - presente com seus trabalhadores e estudantes atentos, lutando e resistindo contra o DIA D e quejandos!

Diretoria da APROPUC

Demissões não podem contrariar estatutos da PUC-SP e Convenção Sindical

Em dezembro de 2014 a comunidade acadêmica recebeu com perplexidade a notícia de que haviam sido sumariamente demitidos quase 50 professores da casa.

Na oportunidade, a PUCSP fez uso de um artifício existente na convenção coletiva da categoria, que a desobrigou de pagar os salários do semestre letivo seguinte aos dispensados porque o desligamento aconteceu até 01 (um) dia antes do início do recesso escolar.

Estamos agora caminhando para o início de mais um período de férias, e a ameaça de novas demissões voltou a assombrar a universidade.

É que o mesmo expediente utilizado no final de dezembro pode ser novamente colocado em prática.

FIQUE ATENTO:

De acordo com a letra "b", do § 2º, da cláusula 21ª da convenção coletiva da categoria, basta a PUCSP formalizar a dispensa que pretende efetivar até um dia antes do início das férias de julho para se desobrigar de pagar ao demitido os salários do semestre seguinte.

Confira a norma:

Garantia semestral de salários

Ao PROFESSOR demitido sem justa causa, a MANTENEDORA garantirá:

...b) no segundo semestre, os salários integrais até o dia 31 de dezembro, ressaltado o parágrafo 4º.

...Parágrafo segundo - No caso de demissões efetuadas no final do primeiro semestre letivo, para não ficar obrigada a pagar ao PROFESSOR os salários do segundo semestre, a MANTENEDORA deverá observar as seguintes disposições:

a) com aviso prévio a ser trabalhado, a demissão deverá ser

formalizada com antecedência mínima de trinta dias do início das férias;

b) sendo o aviso prévio indenizado, a demissão deverá ser formalizada até um dia antes do início das férias, ainda que as férias tenham seu início programado para o mês de julho, obedecendo ao que dispõe a cláusula "Férias" da presente Convenção.

Contudo, a dispensa de um professor da PUCSP é ato muito mais complexo do que parece.

Além do requisito temporal acima, a PUCSP é obrigada a cumprir requisitos formais estabelecidos em seu Estatuto e Regimento, além dos estampados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, antes de levar adiante a intenção de demitir um professor, sem o que a dispensa é totalmente nula.

COMPREENDA COMO DEVE TRAMITAR INTERNAMENTE A DEMANDA

Na PUCSP, a dispensa de um professor não decorre de ato de vontade pessoal ou de decisão monocrática.

Compete ao colegiado do departamento a que está vinculado o professor apreciar as proposições de dispensa de seus integrantes, conforme inciso XII, do art. 41, do Estatuto da PUCSP.

Somente após o esgotamento do debate e da tomada de uma decisão por este colegiado é que a questão pode ser levada ao crivo do Conselho de Faculdade.

De acordo com o Estatuto da PUCSP, o Conselho de Faculdade é o órgão detentor da competência (art. 36, inciso XIV) necessária para decidir se aprova ou não a dispensa do professor.

Somente após a apreciação

do colegiado do departamento e do conselho da faculdade é que o processo segue para a reitoria emitir seu parecer e encaminhá-lo para deliberação final do CONSAD.

Logo, de acordo com o Estatuto que rege a PUCSP, a dispensa de professores é ato absolutamente complexo, que depende, sobretudo, da aprovação do Colegiado do Departamento e do Conselho de Faculdade.

E as regras estatutárias acima citadas não se aplicam apenas às dispensas disciplinares ou motivadas, mas em qualquer modalidade de dissolução contratual, inclusive a demissão sem justa causa.

Portanto, se não preenchidos todos os requisitos acima, qualquer dispensa torna-se nula de pleno direito, devendo o professor ser imediatamente reintegrado em suas funções.

Nem mesmo o argumento da "crise financeira" - que pelas recentes notícias veiculadas pela própria PUCSP já ficou para trás - seria capaz de afastar ou restringir a aplicação das normas estatutárias e regimentais acima apresentadas.

Independente da circunstância fática, a demissão de um professor da PUCSP deve respeitar o procedimento constante no seu Estatuto, sob pena de nulidade do ato praticado.

O fato de o parágrafo único do artigo 53 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional fazer alusão ao termo "dentro dos recursos orçamentários disponíveis", não altera, tampouco modifica o fato de que as medidas previstas nos incisos do referido dispositivo legal somente podem ser efetivadas pelos colegiados de ensino e pesquisa de cada instituição.

Isto porque as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

A iniciativa privada também pode - e presta - serviço público de ensino. Contudo, no exercício dessa atividade está ela sujeita ao cumprimento das normas gerais da educação nacional.

Assim, instituições privadas de ensino superior como a PUCSP estão inteiramente sujeitas à observância da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que garante a autonomia didático-científica às universidades, cabendo aos seus **colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, (V) sobre a contratação e dispensa de professores.**

Evidencia-se, dessa forma, caber aos colegiados da PUCSP decidir sobre a contratação e a dispensa de professores, e não exclusivamente à instituição mantenedora.

FIQUE ATENTO:

De acordo com o art. 17 do Regimento Geral da PUCSP, as deliberações do colegiado do departamento e do conselho de faculdade são tomadas por maioria simples de votos, independentemente da quantidade de presentes.

Portanto, fique atento a qualquer convocação de seu Departamento que possa sinalizar a intenção de apreciar proposições de dispensa.

Mobilize-se! Alerta seus colegas, inclusive aqueles que foram demitidos no fim de 2014 sem a observância das regras regimentais e estatutárias acima indicadas.

A categoria deve ficar vigilante nas próximas semanas, inibindo a ocorrência de um novo dia "D" demissão.

Prosseguem manifestações em favor da cátedra Michel Foucault

Durante a semana passada novas manifestações prosseguiram discutindo o veto à cátedra Michel Foucault. Dezenas de blogs, jornais e revistas já publicaram artigos se solidarizando com a cátedra. O abaixo assinado tem sido procurado por um número considerável de pessoas e o grupo que coordena as ações em defesa da Cátedra estima que mais de 16.000 pessoas já se manifestaram nas diferentes formas de acesso às informações na internet, blog, facebook e petições.

Na semana passada uma placa foi pregada no muro

de entrada do campus Monte Alegre, porém no dia seguinte, sem nenhuma explicação a placa foi arrancada. O Centro acadêmico de Filosofia pediu explicações à Reitoria. Em contato com a direção do campus Monte Alegre o PUCviva foi informado de que a ordem para retirada da placa não partiu da Reitoria.

Nesta página publicamos a carta do professor Jonnefer Babosa, coordenador do Curso de Filosofia, contra o artigo publicado na Folha de S. Paulo, em 2/6 pelo professor Francisco Borba Ribeiro Neto.



A placa colocada na frente da Reitoria em homenagem a Michel Foucault

FALA COMUNIDADE

A cruz ou cátedra?

Jonnefer Barbosa

O ato conjunto n.2/2014, redigido pela Reitora da PUC-SP, professora Anna Maria Marques Cintra, e pelos Secretários Executivos da Fundação São Paulo dispõe sobre "a instituição de diretrizes para a criação e funcionamento de Cátedras na PUC-SP". Neste mesmo ato há uma contradição entre o art. 2º, prevendo que as cátedras na PUC-SP terão por finalidade "promover estudos e pesquisas sobre a obra de um ou mais pensadores ou sobre temas específicos", e o art. 3º, inc. IV, onde lemos a exigência de que a criação de uma cátedra passe pela aprovação do Conselho Superior da Fundação São Paulo.

Ora, a cátedra é uma instituição acadêmica, com ênfase na atividade de pesquisa. O inciso em questão prevê que um conselho externo aos órgãos da Universi-

dade, formado em sua maioria por membros da Igreja Católica, decida sobre questões ligadas à pesquisa universitária. Contra o argumento do prof. Francisco Borba Ribeiro Neto, exposto na página Tendências e Debates da "Folha de São Paulo" em 2/6/15, as cátedras não são apenas entidades honoríficas.

Reduzir todo este debate à questão de se homenagear ou não um autor, argumento central também do parecer apresentado ao Conselho Superior da Fundação São Paulo que defendeu o veto à cátedra, só demonstra a forma leviana como uma questão acadêmica fundamental é tratada pelo clero paulistano.

Criou-se uma situação vexatória em que a própria universidade cede sua autonomia a uma instância religiosa. Obviamente, esta situação é muito cômoda para um cardeal que já apresentou sinais de busca por uma maior intervenção e presença na vida universitária da

PUC-SP, vide a nomeação da terceira colocada nas últimas eleições como reitora - personagem, aliás, que tem demonstrado um silêncio condescendente em face de tamanho atentado à universidade que representa.

É uma situação muito conveniente, para um movimento católico conservador (neste sentido mais próximo ao Grande Inquisidor de Dostoiévsky que aos exemplos de Cristo, um perseguido), acuado pela ascensão de um papa progressista no Vaticano, ganhar terreno dentro da PUC-SP sem muito esforço: os próprios jornais paulistanos têm divulgado, de forma errônea, que o órgão máximo da PUC-SP seria o Conselho da Fundasp.

O argumento de que o pensamento de Foucault contraria os princípios católicos é pueril. E em nenhum momento o pensador francês demonstrou ter sido "agressivo contra a Igreja", ao contrário do que defende o prof.

Francisco Borba Ribeiro Neto, no artigo já citado. A biografia e a obra de Michel Foucault desmentem estas conclusões. De todo modo, como seriam frágeis estes princípios milenares se precisassem se salvaguardar contra as pesquisas de um professor do Collège de France já falecido, um professor que em suas pesquisas privilegiou o olhar daqueles excluídos hoje tão citados e defendidos no papado de Francisco, os loucos, os prisioneiros, os hospitalizados, os refugiados, a vida dos homens que não deixam rastros nos arquivos monumentais da história. A genealogia foucaultiana não deixou de fazer esta "historiografia das ausências".

O problema é que tal argumento, do conflito com uma religião, não deve ser colocado como óbice para qualquer tipo de atividade acadêmica, mesmo se

continua na próxima página

continuação da página anterior

as cátedras fossem entidades simplesmente honoríficas, ornamentais, como deseja o prof. Ribeiro Neto. O caráter totalizante e missionário de uma religião não combina com a fragilidade do pluralismo acadêmico, por isso o caráter laico das universidades é garantido pelo Estado, como um princípio constitucional. Um princípio aplicado mesmo às universidades confessionais, pois antes de serem católicas, metodistas, batistas ou adventistas (etc.) são sobretudo universidades, do contrário veríamos médicos formados na ideologia criacionista, professores de filosofia que só saberiam lecionar o tomismo, ou engenheiros civis confiantes ou resignados com a providência divina.

E mesmo se a PUC pretendesse homenagear alguém em virtude sua obra ou ação importante, no exemplo de um título "honoris causa", instituto emi-

nentemente honorífico, seria vexatório se a questão religiosa entrasse neste debate, como não conceder o título a determinado professor, mesmo se ele tenha desenvolvido técnicas importantes na luta contra o câncer, porque que é ateu, anticlerical ou mesmo crítico à igreja. Por mais que os espaços universitários possam lembrar paróquias, ou que neles as igrejinhas e seus líderes messiânicos a todo instante colidam, não estamos em um espaço eclesial. Em respeito à própria especificidade do campo religioso. Assim como não podemos ensinar um bispo a rezar missa, seguindo o famoso ditado popular, um bispo não pode, até por uma questão de competência, dizer o que deve ser feito em uma universidade. A interpretação do significado do dispositivo "cátedra", no veto do Conselho da Fundasp, passa por este desentendimento incontornável.

Se o ato de doação dos cursos de Foucault prevê a criação de uma cátedra, se esta cátedra

abrirá a possibilidade de bolsas aos estudantes da PUC-SP e estimulará a pesquisa em Filosofia no Brasil e na América Latina, será lamentável se este projeto for inviabilizado pela alusão inquisitorial e tacanha de que "Foucault conflita com os princípios católicos". O próprio bispo que redigiu o parecer contra a cátedra poderia ter se beneficiado, na pesquisa para este documento, dos arquivos que a biblioteca da Universidade possui com exclusividade, e mesmo a questão "o pensamento de Foucault está de acordo com os princípios cristãos?" poderia ser melhor desenvolvida com a utilização de material da cátedra, o que só mostra que a pesquisa livre só é perigosa para quem está inseguro de sua própria posição.

Mas, com o veto à cátedra, Odílio Scherer atinge ganhos políticos e ideológicos. Divulgação massiva e gratuita de que a PUC-SP passou a ter direção inspirada pela ortodoxia religiosa não contraria os interesses do

Grão-Chanceler, ao contrário, minimiza o trabalho futuro de quem efetivamente quer uma universidade puramente profissional e apequenada no plano acadêmico. Não podemos, como acadêmicos, professores, pesquisadores e estudantes da PUC-SP, em respeito à história desta universidade, dar a este Conselho de Bispos o poder que ele não tem e nunca teve. Em virtude do objeto e da finalidade, entendemos a legislação sobre as cátedras seja uma atribuição exclusiva do Conselho Universitário.

Urge que o ato conjunto n. 2/2014 seja discutido no âmbito do Consun e revogado o mais rápido possível, e que um ato especial do Consun assegure a criação e permanência da "cátedra Foucault e a filosofia do presente" na PUC-SP.

Jonnefer Barbosa, professor de Filosofia do Departamento de Filosofia da PUC-SP, é Coordenador do Curso de Filosofia da PUC-SP

Debates marcam Dia Nacional de Paralisação na PUC-SP

No dia 29/5, diversos coletivos e centrais sindicais marcaram o Dia Nacional de Paralisação para protestar pelos direitos dos trabalhadores brasileiros, que a cada dia vêm as poucas migalhas dadas pelo governo serem retiradas. A mais recente agressão foi a proposta de lei que regulamenta a terceirização dos trabalhadores. Na PUC-SP um debate reuniu, pela noite, o professor Jorge Luiz Souto Maior, jurista e professor da faculdade de Direito da USP, João Batista Teixeira, professor de departamento de Inglês da PUC-SP e presidente da APROPUC, e Nalcir Antônio, vice-presidente da AFAPUC, além do estudante Douglas Godinho, estudante do curso de Direito e do coletivo Estopim.

Souto Maior deu início ao debate colocando a importância das manifestações daquele dia pelo país, e a necessidade de não se enganar frente às medidas corrosivas dos governos federal e estadual para a Educa-

ção no Brasil. Ele pontuou o absurdo da terceirização para os trabalhadores, além de mostrar que a aprovação do PL 4330 pode gerar a quarteirização, quando a empresa terceirizada faz uma nova terceirização dos trabalhadores. Ele também explicou que o procedimento da terceirização apenas permite, dentro da lei, que direitos trabalhistas não sejam respeitados. João Teixeira falou em nome dos professores da PUC-SP, colocando sobre a precarização dos professores e funcionários da universidade, demissões em massa e atitudes tomadas pela administração da PUC que apenas aumentam o desânimo coletivo com as profissões. Já Nalcir lembrou a todos os estudantes que as medidas contra os trabalhadores tomadas hoje afetarão a atual geração de universitários no mercado e, assim como Douglas, pontuou que é necessário unir estudantes e trabalhadores contra a aprovação de projetos de lei que vão contra



No debate fala do professor Souto Maior, tendo ao seu lado o diretor da AFAPUC Nalcir Antonio e o presidente da APROPUC João Batista Teixeira

o interesse do trabalhador.

O dia Nacional de Paralisação também teve manifestações em diversos pontos do país.

Em São Paulo, o dia de paralisação ocorreu em vários pontos da capital e foi encerrado com um ato unificado na Praça da República, que contou com a presença massiva dos professores estaduais, ainda em greve.

No Rio centrais sindicais realizaram um protesto no centro da cidade, com cerca de mil pessoas. Já no Recife, também ocorreu um ato com representantes de cerca de 50 sindicatos e três

mil pessoas. Também no Recife, ônibus e metrô pararam suas atividades. O mesmo ocorreu em Porto Alegre e Florianópolis, onde ônibus não circularam na manhã no dia 29. Em Belo Horizonte também aconteceu um ato unificado pelas centrais sindicais, fechando o dia de mobilizações que contou com paralisação dos serviços de transporte público e com a ocupação de importantes vias da cidade.

Na Baixada Santista, os protestos se concentraram no começo do dia com o fechamento de vias que ligam a cidade de Santos com cidades vizinhas.

Evento debate 20 anos do lançamento de "Adeus ao Trabalho?"

Nesta segunda-feira, 08/6, às 19h30, no auditório 333 do prédio novo, no câmpus Monte Alegre, acontece a palestra comemorativa dos 20 anos do lançamento do livro "Adeus ao Trabalho?" de Ricardo Antunes. Em "Adeus ao Trabalho?", Antunes analisa criticamente as mudanças no mundo do trabalho através de uma viagem literária entre o fordismo, o toyotismo e o processo de acumulação flexível. Para Antunes, a redução do nú-

mero de trabalhadores e a ampliação da carga horária de trabalho são implicações com forte impacto social.

O evento contará com a presença do autor, Ricardo Antunes que proferirá uma conferência sobre a sua publicação.

O lançamento tem a organização de diversos núcleos de pesquisa da PUC-SP, entre eles o Neils, Netrab, PHD, Nehtipo, Neam, Himepe, Nepeph e Cehal, e o apoio da APROPUC e Editora Cortez.

Como ficam as dívidas trabalhistas nesta semana

REAJUSTE SALARIAL

Os trabalhadores do ensino superior acertaram com as mantenedoras um reajuste de 8%. Até agosto as instituições de ensino pagarão 7,41%, passando a 8% a partir daquele mês. O acordo vigora desde março, o que significa que este mês as instituições de ensino deverão pagar os valores retroativos aos meses de março, abril e maio. A PUC-SP já adiantou 5% do valor do reajuste, restando portanto a diferença entre este valor e os 7,41%.

7,66%

Na semana passada foi depositada a segunda parcela da dívida dos professores referente ao não pagamento dos 7,66% do dissídio de 2005. Porém, o Sinpro-SP lembra que cerca de 70 professores que têm direito ao pagamento ainda não se cadastraram no site do Sinpro-SP. O sindicato solicita que estes docentes se cadastrem com urgência no endereço http://www.sinprosp.org.br/processos_cadastro_login.asp. Ao acessar a página, selecione a opção "PUC (Fundação São Paulo) (053/2010) - Reajuste 7,66%".

20 ANOS DEPOIS: ADEUS AO TRABALHO?



CONFERÊNCIA: Ricardo Antunes

Lançamento da edição comemorativa dos 20 anos do livro de Ricardo Antunes, Adeus ao Trabalho? pela Cortez Editora.

Data: 8 de junho de 2015 (segunda-feira)
Horário: 19h30
Local: PUC-SP
Auditório 333 ("Prédio Novo")

Organização

NEILS - Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais);
NETRAB - Núcleo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Profissão (Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social);
PDH - Grupo de Pesquisa Políticas para o Desenvolvimento Humano (Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia)
NEHTIPO - Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder (Programa de Estudos Pós-Graduados em História)
NEAM - Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista (Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social);
HIMEPE - História, Memória e Pensamento Econômico (Departamento de Economia - FEA);
NEPEDH - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos (Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social);
CEHAL - Centro de Estudos de História Latinoamericana (Programa de Estudos Pós-Graduados em História).



PUC-SP



ASSEMBLEIA DOS FUNCIONÁRIOS

9/6
terça-feira

14h - sala 117
Prédio Novo

Posse da nova
diretoria da AFAPUC

GAUCHE NA VIDA

Qual UERJ queremos construir e de onde vem a barbárie?

Elaine Rossetti Behring

Cena 1: Paris, 2011. O movimento dos Indignados, que se iniciou na Espanha, contagiou a Europa e se notabiliza pela realização de grandes manifestações e ocupações contra a austeridade e de natureza anticapitalista, realiza uma Assembleia em frente ao Hotel de Ville (Prefeitura), com forte presença da juventude universitária francesa. Numa praça próxima (Chatelet), um grupo de imigrantes, africanos, sem documentos provavelmente, realiza manifestação contra a política interna e externa de Nicolas Sarkozy. Na Assembleia dos Indignados chega a informação de que a CRS, polícia de choque francesa, está reprimindo duramente os manifestantes. A Assembleia se levanta e segue em passeata até o Chatelet, em solidariedade ao grupo que lá estava e enfrenta a CRS, que não permite a aproximação dos jovens indignados. Reprime violentamente os jovens e encurrela os negros e imigrantes, impedindo o que seria o pior: a solidariedade da juventude com os "párias problemáticos" da sociedade francesa, a identificação de agendas, a ruptura com a segmentação dos "de baixo", nos termos de Florestan Fernandes. Os Indignados enfrentam a polícia e alguns são presos e arrastados. O gás de pimenta se espalha sobre o Chatelet.

Cena 2: Rio de Janeiro, 2015. O movimento estudantil realiza uma Assembleia na UERJ e chega a informação de que a polícia carioca, como de praxe, está reprimindo com muita violência a resistência à desocupação da Favela do Metrô, ao lado da universidade, a mando da Prefeitura do Rio. Os estudantes decidem se solidarizar com os moradores e trabalhadores da ocupação e seguem em apoio à resistência. A polícia desencadeia a repressão

aos estudantes que se misturam aos moradores e, diante da truculência policial, buscam abrigo na universidade. Perseguidos com bombas de gás e até tiros para o alto com armas letais segundo diferentes relatos, os estudantes e alguns moradores tentam entrar na UERJ. Ao chegar, são recebidos também com truculência, desta vez pela segurança da UERJ, que autorizada pela Reitoria (conforme entrevista em O Dia), fecha as portas da universidade. Para assegurar essa diretiva, além de bater em estudantes, lança jatos de água sobre os recém-chegados. Os estudantes reagem e as vidraças, móveis e equipamentos da entrada da UERJ se quebram neste enfrentamento.

O que há de comum entre as duas cenas? Uma juventude universitária generosa e solidária, que recusa a violência que vem de cima, que parece querer romper com a fragmentação dos interesses dos trabalhadores, e que vê seu futuro comprometido, seja pela austeridade na Europa, seja pelo ajuste fiscal no Brasil, medidas regressivas que vêm acompanhadas do aumento do desemprego e agudização das expressões da questão social. Não querem ver seu futuro terceirizado e sem direitos, e querem ter voz e vez. Outro elemento em comum é a repressão policial em tempos de ampliação da face penal do Estado, deliberadamente voltada a evitar essas relações perigosas entre os estudantes e os "inúteis para o mundo", os promotores das "invasões bárbaras". A nota da reitoria da UERJ, elitista e conservadora, se horroriza diante da atitude dos estudantes, acusados na prática de uma conspiração violenta para desestabilizar a universidade, para o que teriam mobilizado a população de rua no entorno da universidade (sic!). A Reitoria não consegue reconhecer nenhum mérito dos estudantes, com sua concepção encaste-

lada e por detrás de seu inédito bunker. Anuncia que "não dialoga com bárbaros", quando na verdade não dialoga com ninguém, como bem disse o Prof. João Araújo, numa UERJ que está esvaziada de debate democrático e que não reúne regularmente seus conselhos superiores. Quer reinventar dentro da UERJ o mito das classes perigosas, agora representada pelos estudantes, disseminar o medo e criminalizar os alunos, como chama a atenção a Profa. Vania Sierra.

Precisamos olhar de frente o que há sob os estilhaços muito tristes das vidraças da UERJ. O pior que pode acontecer na UERJ hoje é não olharmos para as contradições e nos dividirmos entre os bons e os maus, entre os que amam e não amam a UERJ, entre os normais e os patológicos, dualismos que mais servem para obscurecer e ocultar que para esclarecer. Não podemos nos esconder por trás de um discurso de apelo emocional, que afirma que somos todos UERJ quando a comunidade universitária está cindida e fragmentada há anos por uma política institucional que aposta na fragmentação e no trato da diferença de forma pouco republicana, antidemocrática mesmo, especialmente nos últimos anos. Se este caminho prevalece, o risco que temos é o do recrudescimento ainda maior do enfrentamento, dando espaço ao que há de mais sectário neste processo e que está na UERJ e na sociedade brasileira: aqueles que pelo mesmo apelo emocional dizem que "acabou o amor, isso aqui vai virar um inferno". Entre o abstrato "somos todos UERJ" e o irracionalismo do "acabou o amor", deixaremos de ver o que há de educativo para todos nós nos fatos recentes: a UERJ mudou de cor e criou novos laços de solidariedade de classe na sociedade carioca. Os estudantes saíram em defesa dos trabalhadores

terceirizados, de Amarildo e sua família, da Favela do Metrô. Que bom! Nosso papel como educadores é o de acolher esses posicionamentos e movimentos contra a barbárie e não em favor dela, como pensa o Reitor. Essas pautas não interessam à sociedade científica? Estamos pesquisando o quê, para quê e para quem? Queremos estudantes adaptados à precarização do trabalho e que não realizam a crítica da sociedade violenta e desigual, alienada, consumista e hedonista? Qual mundo futuro almeja a sociedade científica, parte importante dela da UERJ? Que universidade queremos?

Não há dúvida de que a situação da UERJ se agrava pela miséria do Estado para a educação, sob a batuta dos Governos Cabral e Pezão, o que gerou a situação dos terceirizados nos campi e no hospital, das bolsas, dos trabalhos de campo e das clínicas, das pós-graduações, desde o ano passado sem receber recursos federais - aqui também por questões jurídico-administrativas da própria UERJ - e com restrição de recursos da UERJ para seu pleno funcionamento. O Estado dos grandes eventos efêmeros enche os bolsos dos empreiteiros, do empresariado e não cuida do seu futuro, daquilo que permanece. Por isso fomos buscar na rua, no dia 21 de maio de 2015, sob a direção segura da Asduerj, a abertura de hoje ainda frestas para a negociação acerca de uma ampla pauta. Dissemos em alto e bom som, junto com os estudantes e sem violência, apesar do forte aparato policial, "UERJ na rua, Pezão a culpa é sua".

A pergunta que fica, após essas reflexões sobre os acontecimentos, nos quais estamos como professores visceralmente envolvidos, é quais serão os desdobramentos e encaminhamentos des-

continua na próxima página

continuação da página anterior

se último triste episódio. A primeira atitude a tomar seria reinstalar os dutos democráticos na UERJ e discutir profundamente seus problemas, trazendo para o debate os sujeitos dispostos a colocar na mesa identidades e diferenças, começando pelos conselhos superiores. Na UERJ temos as entidades históricas - Asduerj, Sintuperj e DCE UERJ -, interlocutores centrais com posições políticas muito distintas. E há coletivos organizados de oposição às direções no movimento estudantil e de funcionários técnico-administrativos com os quais urge manter diálogo. Apenas as arenas democráticas podem fazer a UERJ realmente superar esse momento de crise, e produzir as transformações urgentes e necessárias, reconhecendo-se como uma universidade popular - do que devemos nos orgulhar - envolvida com os mais profundos interesses das maiorias de trabalhadores pobres, muitos miseráveis, negros e favelados, e que produza um conhecimento voltado para a emancipação humana, nesses tempos de barbarização da vida e de ataques à natureza. Fazamos o debate para construí-la ainda mais forte e socialmente comprometida. As entidades podem responder a este momento assegurando uma assembleia comunitária tendo em vista analisar a crise e traçar caminhos. Precisamos de saídas coletivas para que não continuemos colhendo estilhaços e feridos. No mais, cabe institucionalmente apurar os fatos recentes, mas dando voz a todos os sujeitos e, nas condições atuais, convocando a presença externa de entidades como a OAB e Comissão de Direitos Humanos e de Educação da Assembleia Legislativa para acompanhar a apuração dos fatos. O que ocorreu foi muito sério, o corolário de vários eventos recentes. Não se pode varrer os estilhaços para debaixo do tapete.

Elaine Rossetti Behring é associada do Dep. de Política Social da Faculdade de Serviço Social da UERJ

MOVIMENTOS SOCIAIS

Instituições Federais seguem em greve

A paralisação nas instituições federais, que começou no dia 28/5, continua ganhando adesão e apoio de outras categorias. Já são 21 seções sindicais em greve e os técnicos-administrativos já pararam em 56 das 64 universidades federais.

Em carta divulgada à sociedade brasileira na semana passada, o Comando Nacional de Greve (CNG) explica os motivos da paralisação e critica o slogan "Pátria Educadora" do governo federal, destacando o corte de R\$ 9 bilhões da educação e o bloqueio de orçamento no início do ano.

O texto aponta ainda que o governo federal tem

privilegiado investimentos na educação privada e retirado investimentos na educação pública por conta do ajuste fiscal. Os docentes criticam também o Ministério da Educação (MEC) por não reconhecer o acordo firmado entre a Secretaria de Ensino Superior e o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) em abril de 2014, e por não ter avançado em nada com a negociação da pauta de reivindicações da categoria.

Na carta é ressaltada também a precariedade de condições em que se encontram as instituições federais, cuja crise estrutural

e financeira se acentuou após os recentes cortes orçamentários. O CNG encerra a carta com um convite para a sociedade em geral se somar à luta dos docentes, pois a necessidade da defesa da educação pública não é apenas da categoria em greve.

Segundo membros do CNG, o objetivo da carta é abrir diálogo com a sociedade, explicitando que a luta é necessária para que a educação pública seja feita coletivamente.

As reivindicações da categoria podem ser lidas com maior profundidade em: <http://grevenasfederais.andes.org.br/pauta-de-reivindicacoes/>

CSP-Conlutas realiza 2º Congresso Nacional

Dos dias 4 a 7/6 aconteceu em Sumaré (SP) o 2º Congresso Nacional da Central Sindical e Popular - Conlutas. O encontro recebeu a presença de delegados de todo o país e de diversas categorias e movimentos sociais para debater temas em evidência no Brasil e no mundo.

O congresso também realizou um balanço político e organizativo da Central para preparar os próximos passos das mobilizações dos trabalhadores. O evento "ocorre em um momento especial da conjuntura, onde o governo Dilma (PT) junto ao PMDB e PSDB nos

estados aplicam planos de austeridade contra os trabalhadores", segundo texto publicado no site da Conlutas.

A programação do Congresso contou com mesas e painéis temáticos, incluindo uma mesa sobre a conjuntura nacional e internacional com os convidados Zé Maria (PSTU), Mauro Iasi (PCB) e Luciana Genro (Psol).

A APROPUC saúda a realização de mais um congresso nacional da CSP-Conlutas, entendendo que a entidade é hoje uma referência na luta dos trabalhadores.

Trabalhadores paralisam trens em SP

Na quarta-feira, 3/6, dois dos três sindicatos de trabalhadores da CPTM deflagraram greve, reivindicando um índice mais justo para a sua recomposição salarial. Embora a lei de greve dificulte ao máximo o protesto de setores como transporte público, várias manifestações de metroviários e ferroviários têm eclodido em todo país.

A polícia de São Paulo mais uma vez agiu de forma truculenta dispersando com bombas e gás lacrimogêneo os populares que protestavam contra o atraso dos trens.

ROLA NA RAMPA

Debate analisa manifestações no Brasil do século XXI

No dia 11/6, às 19h, no Pátio da Cruz, acontece o debate As manifestações no Brasil do século XXI e as perspectivas para o futuro, com Waldemar Rossi e Ruy Braga, e mediação de Cassiano Terra Rodrigues. O debate trará duas figuras importantes para reflexão sobre as manifestações públicas que, desde 2013, ocorrem por todo o país. Coincidindo com os 50 anos do golpe militar de 1964, chamado "A Revolução", por seus defensores, o debate tem como objetivo problematizar os recentes

acontecimentos da vida política nacional, com a ascensão das reivindicações populares paralelamente à guinada à direita da política institucional, bem como, por meio da reflexão histórica, tentar refletir sobre as perspectivas que podem se abrir para o futuro. Rossi é coordenador da Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo, e Braga é professor do departamento de Sociologia da USP. O debate é organizado pelo departamento de Filosofia da PUC-SP.

Lançamento na APROPUC discute desmilitarização da polícia

Na segunda-feira, 15/6, às 19h30, acontece na sede da APROPUC, Rua Bartira, 407, o lançamento do livro Desmilitarização da polícia e da política: uma resposta que virá das ruas, organizado por Givanildo Manoel da Silva. O livro, contém textos de militantes, coletivos, movimentos sociais e pesquisadores engajados na transformação da realidade. Participam do debate Francilene Gomes Fernandes, Bia Abramides, Adriana Eiko Matsumoto, Ca Anastácia, além do organizador da publicação, Givanildo Manoel da Silva.



Conferência sobre a Bancada Evangélica acontece em junho

No dia 18/6 acontece na PUC-SP a conferência "As complexas relações entre religião e política: ideologias, articulações e estratégias da Bancada Evangélica na Câmara Federal", com a Profª Drª Bruna Suruagy Dantas, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, que concretizou seu doutorado na PUC-SP. O debate tem início às 14h, no

auditório 100Predio Novo do campus Monte Alegre, e será coordenado pela professora Vera Chaia, do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (Nemamp). A tese está disponível para consulta no arquivo da Biblioteca da PUC-SP em http://www.sapientia.pucsp.br/tde_buscarquivo.php?codArquivo=13488.

Exposição traz Artes na educação do Surdo

Até o dia 30/6 a biblioteca do campus Monte Alegre recebe a exposição As Artes Plásticas na Educação do Surdo, com trabalhos realizados por cem crianças e adolescentes surdos com idade entre 2 e 17 anos. O projeto é parceria da Derdic/PUC-SP com a Fundação Crespi Prado. Saiba mais em www.pucsp.br/derdic.

Professor participa de livro sobre Economia

No dia 9/6, às 19h, acontece o lançamento do livro Indústria e Desenvolvimento Produtivo no Brasil, que tem o profº Antonio Correia de Lacerda, do Pós em Economia Política, como um dos autores. O evento ocorre na Livraria Cultura do Conjunto Nacional (av. Paulista, 2.073) e a entrada é gratuita.

ANTI semana de ciências sociais

11/06 - quinta
10h - filme "Surplus", de Erik Gandini
no auditório 117a

14h30 - Roda de conversa sobre a burocracia em Kafka

19h30 - ESTADO: TERROR DA GUERRA
Lúcio Flávio (PUC)
Matheus Marestoni (PUC)
Dorothea Voegeli Passetti (PUC)

08/06 - segunda
10h - DIÁLOGOS COM FOUCAULT I
Yolanda Gamboa (PUC)
Rodrigo Saccomani (PUC)
Pedro Dotto (PUC)

14h30
filme "XXY", de Lucia Puenzo
no auditório 117a

19h30 - DIÁLOGOS COM FOUCAULT II
Anderson Lima da Silva (USP)
Pedro Ivan Moreira de Sampaio (PUC)

12/06 - sexta
10h - OLHARES SOBRE RELIGIÕES
Teresinha Bernardo (PUC)
Eliane Gouvea (PUC)
Lucas Padula (PUC)

09/06 - terça
10h - MEMÓRIA, INVENÇÕES E BUROCRACIA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL
Rizoma (USP/UNESP)
Estopim (PUC)
João Prado (PUC)

10/06 - quarta
10h - VIDA COTIDIANA NO FOCO DA PESQUISA SOCIOLÓGICA
Fraya Fhrese (USP)
Mônica de Carvalho (PUC)

19h30 - sarau incendiário pedra na vidraça

14h30 - Roda de conversa sobre PRECONCEITOS NA UNIVERSIDADE
19h30 - DIÁLOGOS COM FOUCAULT III
Edson Passetti (PUC)
Margareth Rago (UNICAMP)

14h30 - filme "Bicho de 7 cabeças", de Lais Bodanzky
no auditório 100

19h30
POLÍTICA: ARTE, CORPO E IMAGEM
Bruno Maschio (PUC)
Marco Antônio "Boi" (UNICAMP)
Bruno Ishisaki (UNICAMP)
Mauro Luiz Peron (PUC)

célula de resistência anti autoritária

local: pátio do museu da cultura PUC-SP

durante a semana: exposição de armas indígenas no museu da cultura

Livro sobre Marx e Jung tem lançamento adiado

O livro "Indivíduo e Capital: uma abordagem a partir de Marx & Jung", do professor Jason Borba, do departamento de Economia da FEA-PUC-SP e diretor da APROPUC teve seu lançamento adiado para o início do segundo semestre. Tão logo a nova data seja confirmada estaremos informando aos leitores do PUCviva.